



O LUGAR DA CULTURA NA IDÉIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Euclides Mauricio Siqueira de Souza¹

Fundação Casa de Rui Barbosa - Setor de Estudos de Política Cultural

Resumo: O presente trabalho traz reflexões da fase inicial de projeto de pesquisa na área de cultura e desenvolvimento, implementado na Fundação Casa de Rui Barbosa. O seu quadro teórico é configurado primordialmente a partir de formulações de Alain Touraine (2006), Michael Hardt e Antonio Negri (2001, 2005) e Giuseppe Cocco (2005). Trata-se a relação entre cultura e desenvolvimento sustentável, com ênfase no entendimento da crise de civilização contemporânea e de vias de sua superação a partir de paradigmas culturais, bem como na constituição de sujeitos "culturais" com capacidade de definir os rumos dos acontecimentos na direção de um desenvolvimento sustentável. Os sujeitos dos agenciamentos aqui propostos são definidos a partir de uma diferenciação em relação às estratificações sociais tradicionais.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, sujeitos culturais, paradigmas culturais, indicadores culturais, cultura.

Cultura e desenvolvimento sustentável

Cresce a importância atribuída por agentes públicos e privados no Brasil, governamentais ou não, ao papel da cultura na implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável.

Nas Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007: 77), entre as estratégias gerais encontramos aquela de ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável: "Economia e Desenvolvimento são aspectos da cultura de um povo. (...) O PNC estabelece vínculos entre arte, ciência e economia na perspectiva da inclusão e do desenvolvimento."

¹ Sociólogo, Pesquisador do Setor de Estudos de Política Cultural da Fundação Casa de Rui Barbosa, mauricio@rb.gov.br.

O tema aqui abordado encontra motivação específica nos recentes esforços do Minc voltados para articular cultura e desenvolvimento, numa perspectiva e foco a serem ainda melhor direcionados no que se refere à viabilização de resultados sustentáveis:

"A terceira diretriz fundamental com que operamos é a de que a cultura é um componente central da estratégia de desenvolvimento efetivamente sustentável do Brasil. Desde a posse do Ministro Gil, o Ministério da Cultura tem empreendido um esforço consistente para deslocar a cultura para o centro da agenda política, econômica e social do país, consolidando-a como uma dimensão crucial e indispensável do desenvolvimento econômico e social que tanto almejamos. Trata-se de retirar a cultura do papel de subalternidade a que havia sido relegada pelos governos antecessores."²

Ao tentarem superar essa subalternidade acima mencionada, no entanto, os gestores governamentais da cultura tendem a tomar esta como ponto de partida quase que exclusivo e como centro do desenvolvimento, equívoco este que também é comum em outras áreas tais como a saúde, educação, meio ambiente etc. Essa visão unilateral contribui para uma marginalização das políticas culturais e para uma restrição dos recursos a elas alocados em comparação com outros setores relevantes da vida de nosso país. Para que a cultura seja inserida no contexto de um desenvolvimento sustentável, é preciso que suas respectivas políticas públicas sejam devidamente articuladas no conjunto de outras políticas voltadas para essa proposta de desenvolvimento. Ou seja, criar pontes, abrir diálogos conseqüentes em ações e políticas, sempre com a pressuposição da existência de um projeto de desenvolvimento sustentável.

O próprio tratamento dispensado pelos gestores culturais em geral ao entendimento do que seja desenvolvimento revela imprecisões e riscos de repetir equívocos já superados em áreas tais como a de meio ambiente e educação. Assim é que, no campo da cultura, raramente se qualifica o desenvolvimento desejado como sendo sustentável, além de raramente se associar essa proposta de desenvolvimento sustentável primordialmente à questão ambiental em seu sentido amplo.

Como conseqüência, registra-se, ainda, a pouca interlocução produtiva entre as áreas da cultura, meio ambiente, desenvolvimento urbano e outras, tanto no âmbito governamental, como da sociedade civil. Esse quadro se reflete na unilateralidade e pouca eficácia dos respectivos arranjos institucionais e instrumentos de gestão. Então, a solução, o caminho, ao contrário do que se possa pensar usualmente, não é o local, o particular, o imediato, mas sim o geral, para construir linguagens comuns de onde poderão advir políticas e instrumentos articulados.

A ênfase dada por esses gestores culturais à dimensão econômica da cultura também implica cuidados no sentido de se estar reproduzindo uma subalternidade no interior do próprio entendimento de cultura sugerido pelo MinC. Além disso, as iniciativas de incentivo à indústria cultural em geral têm trazido quase que uma louvação a essa

² <<http://www.cultura.gov.br/politicas/index.html>>, acessado em 12 de junho de 2007.

modalidade de capital, fazendo abstração de todos os predicados intrínsecos ao capital como relação social que têm sido objeto de críticas precisamente por aqueles que se ocupam da cultura em suas várias dimensões.

A identificação dos sujeitos que irão planejar, implementar e garantir o desenvolvimento sustentável em nosso país também constitui desafio para todos nós, já que até aqui os esforços que se limitam quase que exclusivamente às esferas governamentais não têm tido o êxito esperado, não apenas no Brasil, não obstante os recentes esforços do MinC, como a Conferência da Cultura, por exemplo.

É conveniente lembrar, no entanto, que "o controle e a regulação da economia apóiam-se cada vez menos em objetivos ou normas estranhas à economia" (TOURAIN, 2006: 29). Trata-se de um fenômeno típico da globalização. Essa situação leva à idéia bastante difundida, de que "já não era possível nem desejável nenhuma forma de regulação social ou política de uma economia mundializada, já que a economia se situava num nível mundial e nesse nível não havia autoridade capaz de impor limites à atividade econômica." (*op. cit.*, p. 30). Nesse quadro de limitações, como pensar a questão da relação entre cultura, desenvolvimento e geração de riquezas?

Acrescente-se a isso o fato de que as instâncias superestruturais (formações políticas e instâncias executivas) não conseguem compreender a crise de civilização contemporânea em sua totalidade e geralmente se limitam aos fatores tecno-científicos. Para Felix Guattari (1997: 8), essa compreensão global só pode ser alcançada numa perspectiva que articule ética e política, ou o que ele chama de *articulação ético-política* ou *ecosofia*, entre meio ambiente, relações sociais e subjetividade humana. Além disso, constata-se que as relações sociais e as formas de subjetividade humana não têm sido suficientemente tratadas nas propostas de desenvolvimento sustentável. Este aspecto é tanto mais relevante quanto se concorde com a idéia de que a produção de riqueza tende a ser cada vez mais uma "produção biopolítica", que é a produção da própria vida social, onde há uma interação crescente entre o econômico, o político e o cultural (HARDT; NEGRI, 2001: 13).

Nesse contexto de tratamento da questão em pauta, convém retomar o entendimento de que a idéia de desenvolvimento sustentável, por sua vez, relaciona-se diretamente com a preocupação em resolver impasses globais contemporâneos que são resumidos, geralmente, no conceito de crise ambiental, como exposto a seguir. De fato, não se pode falar de

desenvolvimento sustentável sem se falar em meio ambiente, crise ambiental e questão ambiental, tendo com base o conceito de ambiente pelo qual se designa uma esfera que transcende a natureza externa ao homem e que inclui, portanto, as condições materiais e culturais da reprodução da vida humana, já que a consolidação da idéia de desenvolvimento sustentável teve como cenário inicial instigante o grave quadro de crise entre o homem e seu universo na época atual.

O Ministério da Cultura alinha, apropriadamente, entre os valores e conceitos de suas Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura, a idéia de que

"as relações com o meio ambiente fazem parte dos repertórios e das escolhas culturais. A natureza é indissociável da cultura: integra-se fundamentalmente e de forma provedora, a uma série de formas de vida, identidades, imaginários e manifestações simbólicas das populações brasileiras." (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2007: 28).

A crise entre o homem e seu ambiente

Pode-se tomar como ponto de partida, portanto, a constatação, no mundo contemporâneo, de uma crise teórica e prática – inédita por sua abrangência e profundidade – na relação entre o homem e o seu ambiente, crise esta que impõe o questionamento não apenas das nossas usuais representações da natureza, como também do sentido do próprio saber tecno-científico, cujo papel no âmbito desta relação é por demais sabido.

O nosso entendimento dessa crise leva em consideração quatro eixos de referência: a) o desenvolvimento econômico-social; b) a gestão do meio ambiente; c) as transformações técnico-científicas que levam a desequilíbrios ecológicos que ameaçam a própria vida na Terra; d) a progressiva deterioração dos modos de vida humanos individuais e coletivos, principalmente no que diz respeito à redução das redes de parentesco, à vida doméstica afetada pelo consumo da mídia, à ossificação da vida conjugal e familiar devido à padronização dos comportamentos e ao empobrecimento das relações de vizinhança. Em resumo, há uma "implosão" da relação entre a subjetividade e a sua exterioridade (social, animal, vegetal, cósmica) (GUATTARI, 1997: 7-8). É importante registrar que em todos esses eixos está presente a dimensão cultural, com maior ou menor peso, que é objeto da discussão aqui sugerida.

Essa crise não se dá mais isoladamente, isto é, confinada tão somente a algumas regiões ou nações, senão que constitui, simultaneamente, uma crise ambiental global, uma crise do desenvolvimento e da cultura e, desse modo, pode ser considerada como sendo *uma* só crise: a crise de civilização no nível planetário. Nesse sentido, a crise ambiental, usualmente associada à proposta de desenvolvimento sustentável, é mais ampla do que a crise ecológica (degradação de solos, regimes hídricos, atmosfera, florestas, etc.), uma vez que implica uma interdependência cada vez maior entre ecologia, economia e cultura.

Dentre as respostas ao quadro de crise acima descrito destaca-se a proposta de se implementar internacionalmente um *desenvolvimento sustentável*. Uma definição para esse conceito encontra-se no Relatório Brundtland, que é o resultado dos trabalhos da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) concluídos em 1987.³ Segundo esse Relatório, “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.” (COMISSÃO, 1991: 46). Esse conceito de desenvolvimento sustentável é aqui adotado, uma vez que essa proposta da ONU é a que se apresenta do modo mais abrangente, do ponto de vista de sua representatividade, na medida em que expressa uma forma de pacto político das nações organizadas para enfrentar a crise em pauta. Essa delimitação é importante, na medida em que existem outras propostas de avaliação dessa crise que sugerem a necessidade de conceitos e paradigmas alternativos aos que são empregados por aquela Comissão. Isso não significa, contudo, que a proposta de desenvolvimento sustentável não seja submetida a um exame crítico de nossa parte. Com efeito, uma indagação elementar se refere à viabilidade dessa proposta de desenvolvimento sustentável nos marcos das sociedades de mercado.

Convém lembrar que essa noção de desenvolvimento sustentável

"pode orientar projetos que visem a acomodação – de países, classes e grupos sociais – num mundo marcado por desigualdades econômicas crescentes; mundo em que a ação moralizadora de agentes transnacionais mal consegue esconder a defesa de um modo de vida – calcado no consumo e na abundância – que tem sido responsável pela mesma destruição (antes criticada) de orientações culturais, experiências vitais e saberes." (RIBEIRO, 1997: 472).

³ Daqui em diante será chamada pela sigla CMMAD.

A abrangência da crise em questão pode ser percebida através das dificuldades encontradas pelos próprios estudiosos para definir os seus contornos. Para alguns, “o cerne da crise estaria no universo de valores do homem ocidental, na mentalidade do *homo faber* e do *homo economicus* forjada na cultura antropocêntrica, iluminista, em conjunção com a revolução industrial e científico-técnica, características da formação histórica burguesa e do seu principal instrumento de organização social, o capitalismo.” (CRESPO, 1992:1).

Percebe-se que todas as medidas e metas que configuram a proposta de desenvolvimento sustentável em pauta têm como pano-de-fundo a falência de vários paradigmas da sociedade moderna e implicam a formulação de teorias novas que permitam captar a crise ambiental em todo o seu alcance. Com efeito, podemos verificar que

“o século XX produziu eventos extraordinários na teoria do conhecimento e nos paradigmas científicos. Seu início foi marcado pela invasão das desordens nas ciências ditas ‘duras’ (ou ainda, ‘deterministas’, ‘termodinâmicas’ etc.) e a inclusão das noções de probabilidade, incerteza e risco em diversas disciplinas. O fim de nosso século assiste ao definhamento do paradigma cartesiano-newtoniano, substituído por uma visão de mundo integradora, sistêmica, conjuntiva e holística. O mundo mecanicista-euclidiano é hoje uma metáfora de museu, uma ideologia que só se sustenta pela força gerada pela tecnociência instrumentalizadora, utilizada pelos detentores do poder político.”

(ROHDE, 1995: 41).

Enfocando o desafio de uma reconfiguração global dos modelos de desenvolvimento econômico e social vigentes na sociedade contemporânea, estaremos avaliando, portanto, a própria ordem capitalista. Essa é a ótica que é privilegiada neste trabalho e que coincide, por exemplo, com a afirmação de Stahel (1995: 117) de que

“a atual crise ecológica é apenas o reflexo dessa contradição, do caráter insustentável do próprio capitalismo. Dessa forma, discutir a questão ecológica sem discutir os fundamentos materiais, institucionais e culturais da nossa sociedade,

resulta em um discurso vazio. (...) A busca de sustentabilidade exige que coloquemos novamente a busca dos equilíbrios qualitativos vitais no centro das nossas preocupações e do funcionamento do nosso sistema, o que implica uma re-inversão do próprio sistema capitalista vigente.”

Em resumo, o fato é que essa crise ambiental coloca para a humanidade uma *questão ambiental* que se pauta pela definição de um novo modelo de desenvolvimento social e econômico que esteja fundamentado num crescente equilíbrio entre o homem e seu ambiente. Uma outra perspectiva complementar de formulação dessa questão ambiental é adotada por Felix Guattari (1997: 12):

"Assim, para onde quer que nos voltemos, reencontramos esse mesmo paradoxo lancinante: de um lado, o desenvolvimento contínuo de novos meios técnico-científicos potencialmente capazes de resolver as problemáticas ecológicas dominantes e determinar o reequilíbrio das atividades socialmente úteis sobre a superfície do planeta e, de outro lado, a incapacidade das forças sociais organizadas e das formações subjetivas constituídas de se apropriar desses meios para torná-los operativos."

Trata-se de uma crise que, na visão de Guattari (1997: 9-10), só poderá ser resolvida em escala planetária a partir de uma "revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais." O papel da cultura nessa revolução é claro quando Guattari estende essa revolução aos "domínios moleculares de sensibilidade, de inteligência e de desejo". A solução desses impasses, segundo Guattari (*ibid.*) torna-se ainda mais difícil devido aos "modos dominantes de valorização das atividades humanas", nos quais o mercado nivela, iguala, os bens econômicos, culturais e naturais etc. e as relações sociais e internacionais ficam subordinadas cada vez mais às máquinas policiais e militares. Acrescente-se a isso o enfraquecimento do Estado-Nação que se torna cada vez mais a serviço do mercado e dos complexos industrial-militares.

Sujeitos pessoais e sujeitos culturais

Concordando com Alain Touraine (2006: 20-21), cabe acrescentar que a partir de 11 de setembro de 2001, as sociedades, mesmo as mais ricas e mais protegidas, passaram a viver sob o domínio do medo. Em grande parte do mundo, as tentativas de modernização fracassaram. Em vários países a sociedade se fragmenta em comunidades, algumas fechadas em si mesmas e em conflito com outras comunidades ("violências comunitárias"). Touraine (2006: 23) aponta três características essenciais da época atual: a) a dessocialização ou decomposição da sociedade, ou seja, o declínio do social; b) a penetração generalizada de uma violência de mil faces e formas, que rejeita todas as normas e os valores sociais; c) a escalada das reivindicações culturais, tanto sob uma forma neocomunitária como sob a forma de apelo a um sujeito pessoal e à reivindicação de direitos culturais. Nesse ponto, Alain Touraine (*ibid.*) observa que os *atores sociais* e os *movimentos sociais* foram substituídos no mundo de hoje pelos *sujeitos pessoais* e pelos *movimentos culturais*. Ele constata que a idéia de progresso perdeu força, "já não acreditamos no progresso" e que para a humanidade, hoje, ocorre a pergunta: "donde virá doravante o movimento, qual força deterá a guerra?". Ou seja, a nosso ver, quem são os sujeitos "sociais" e/ou "culturais" que definem o rumo dos acontecimentos?

A preocupação em repensar sujeitos sociais e a própria idéia de desenvolvimento com o olhar para a América Latina levou Negri e Cocco à tese de que

"somente uma política do trabalho, das novas forças produtivas vivas (e não apenas a administração das relações de produção) é capaz de qualificar um projeto de emancipação. Por esta razão, a organização e a dinâmica constitutiva dos movimentos (o trabalho dos movimentos) devem ser situadas como novo ponto de partida para pensar o desenvolvimento." (COCCO; NEGRI, 2005: 35)

Na visão destes pesquisadores,

"desenvolvimento hoje só pode significar uma relação direta entre potencialização das condições sociais da produção (educação universal, pesquisa, livre circulação da força de trabalho, emancipação das mulheres, liberação da expressão cultural e política indígena, desarticulação das barreiras raciais etc.), mobilização democrática dos trabalhadores a partir das bases e abertura para dimensões sempre mais amplas de cooperação interdependente." (NEGRI; COCCO, 2005: 36).

O fato é que, atualmente, os problemas culturais assumiram uma dimensão tão relevante, que é necessário que o pensamento social se organize em torno deles para poder

explicar a nova realidade social, os novos atores e os novos conflitos. Trata-se, portanto, de buscar novos paradigmas (TOURAINÉ, 2006: 09).

Cabe observar que esse deslocamento da centralidade social para o campo da cultura não é novidade, embora em outro contexto. A palavra cultura assumiu uma importância crescente como pólo das discussões acerca de novos rumos na reorganização da sociedade inglesa no pós-guerra, como o atestam os trabalhos e atividades práticas dos protagonistas dos "estudos culturais" (CEVASCO, 2003: 11 - 12). Entre estes, Raymond Williams já percebia a chegada da "era da cultura", isto é, uma época em que predominam os meios de comunicação de massa e em que ocorre um deslocamento dos conflitos políticos e econômicos para o campo cultural. Sempre com a perspectiva de participar das mudanças da sociedade, Raymond Williams dedicou-se a preservar o uso da palavra cultura como campo de mudanças, expressando os vários modos de vida social. Para isso era importante associar a vida econômica e social com a vida cultural.

Maria Elisa Cevasco (2003: 24) sugere uma caracterização do período que se inicia na década de 60 do século passado com relação às mudanças semânticas no conceito de cultura. Na época pós-moderna, predominam as palavras-de-ordem de "viva a diferença" e "abaixo o universalismo". Fala-se em "culturas", no plural, e não apenas em "cultura". Cai a importância da busca por uma cultura em comum e passam a predominar os conflitos por afirmação das culturas específicas (sexuais, étnicas etc.). Segundo essa pesquisadora, "a cultura não mais transcende a política como um bem maior, mas representa os termos em que a política se articula. Como lembra Edward Said, "a cultura é o campo de batalha no qual as causas se expõem à luz do dia e lutam umas contra as outras"⁴ (CEVASCO, 2003: 12). Não se trata, portanto, de substituição da política pela cultura, mas sim de formas de realização da política.

Raymond Williams entendia que o papel da cultura como instrumento e campo de lutas importante para mudanças sociais e políticas foi atribuído a ela pela própria sociedade, em sua complexidade, com destaque para os meios de comunicação de massa (CEVASCO, 2003: 55). Não se trata, portanto, de uma ilusão/desejo de que a cultura seja o único caminho a viabilizar mudanças efetivas no mundo contemporâneo. Por esse entendimento,

⁴ Edward Said. *Culture and Imperialism*. Londres, Chatto and Windus, 1993, p. xvi. [Edição brasileira: *Cultura e Imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.]

as estruturas capitalistas são reproduzidas não apenas pelo poder e pela propriedade privada. Assumindo expressamente uma concepção gramsciana de hegemonia, Raymond Williams já ressaltava que a dominação de uma classe sobre as demais

"se mantém também, inevitavelmente, pela cultura do vivido: aquela saturação do hábito, da experiência, dos modos de ver, continuamente renovada em todas as etapas da vida, desde a infância, sob pressões definidas e no interior de significados definidos, de tal forma que o que as pessoas vêm a pensar e a sentir é, em larga medida, a reprodução de uma ordem social profundamente arraigada, a que as pessoas podem até pensar que de algum modo se opõem, e a que, muitas vezes, se opõem de fato."⁵

Nesse ponto, é bastante atual e pertinente a ressalva feita por Maria Elisa Cevalco (2003: 97), de que um aspecto negativo do legado da *New Left* "é sua tendência a supervalorizar o cultural em detrimento do político." No entender desta pesquisadora (*ibid.*),

"a função social da política e da cultura são distintas. A cultura é a instância da construção de significados e da veiculação de valores, tudo isso impregnado de valores políticos, mas a política é a instância da deliberação, do que deve ser feito para assegurar um determinado estado de coisas: se não o consegue por consenso o faz por coerção. É na política e não na cultura que a sociedade deve buscar respostas para a pergunta fundamental: "Que fazer?"."

É aconselhável, portanto, para as presentes indagações, em primeiro lugar, conferir o lugar reservado à cultura pelos formuladores da proposta de desenvolvimento sustentável aqui assumida. Em um segundo momento, será assim possível avançar, com base histórico-conceitual, para a formulação de sugestões que articulem cultura e desenvolvimento sustentável. Em síntese, propomos abordar as seguintes questões:

- a) o papel conferido à cultura pelos formuladores da idéia de desenvolvimento sustentável;
- b) o entendimento da crise e de vias de sua superação a partir de *paradigmas culturais*;
- c) a constituição de sujeitos com capacidade de definir os rumos dos acontecimentos contemporâneos.

Nossa hipótese é que o insucesso em se concretizar um modelo de desenvolvimento sustentável em sociedades capitalistas ocidentais tem como vetores importantes o privilégio concedido ao Estado como sujeito desse processo e a ênfase nos aspectos econômicos e

⁵ Raymond Williams. *You're a Marxist, aren't you?* (1975). In *Resources of Hope*, op. cit. p. 74 (apud Cevalco, 2003: 55).

tecnológicos da crise de civilização contemporânea, relegando-se aos aspectos culturais um papel subordinado. As macro-políticas são necessárias e têm seus responsáveis institucionais, mas impulsionar efetivamente um desenvolvimento sustentável requer outras *potências*, novos sujeitos e novas dimensões de poder. Uma direção a ser tentada, é a de localizar e liberar *potências constituintes*, tendo como sujeito a *multidão*, trabalhando-se com *paradigmas culturais* para se entender e superar a crise em pauta, bem como pensando políticas que tenham a ver com *microfísicas do poder*, com o reconhecimento de *biopolíticas* e de formas de *biopoder*, elementos estes de claro conteúdo cultural. Isso implica colocar a cultura em seu devido lugar nas políticas de desenvolvimento sustentável.

Essa perspectiva, no que se refere ao Brasil, pode abrir caminhos para a transversalidade não apenas das políticas públicas de cultura, como também de outras correlatas, tais como as políticas de desenvolvimento urbano e ambiental. Pode, ainda, se refletir em correspondentes arranjos institucionais, inclusive em escala local.

No que se refere à compreensão de cultura, adotamos aqui os marcos definidos pela atual gestão do Ministério da Cultura do governo brasileiro, isto é,

"O MinC baseou suas políticas em um conceito abrangente e preciso de cultura, que articula três dimensões vitais: a cultura como expressão simbólica (estética e antropológica), a cultura como direito e cidadania de todos os brasileiros, a cultura como economia e produção de desenvolvimento."⁶

Acrescente-se a isso a noção proposta por Maria Elisa Cevalco (2003) de se pensar a cultura "como a organização dos significados e dos valores de um determinado grupo social e como um campo de luta onde eles possam ser modificados em direção a um mundo mais democrático." A idéia de um campo de lutas é particularmente interessante, se associada à proposta de uma radicalidade democrática como fundamental para um desenvolvimento de fato sustentável. No entanto, essa definição poderia ser complementada com a inclusão de dinâmicas culturais *entre grupos sociais*, isto é, valores e significados em comum a mais de um grupo social. Com a globalização isso é ainda mais relevante, e podemos afirmar, portanto, que a cultura se constitui como tal nas "lutas".

⁶<http://www.cultura.gov.br/upload/programa%20cultural%20para%20desenvolvimento%20do%20brasil_1174326644.pdf>, acessado em 12/06/07.

Cultura como economia e produção de desenvolvimento

Por fim, acerca da cultura como *economia e produção de desenvolvimento*, trata-se de campo com crescente importância e densidade de pesquisas, principalmente quantitativas. Para isso contribuem, entre outros, pesquisas sobre o uso do tempo livre⁷, sobre economia criativa e definição de indicadores de oferta e demanda de bens e serviços culturais no Brasil, como os recentemente divulgados pelo IBGE em parceria com o Ministério da Cultura. Dada a sua importância, cabem aqui algumas considerações iniciais acerca desses indicadores culturais. Estes reforçam a base empírica de estudos que apontam as tendências atuais do paradigma econômico dominante: "É, portanto, o novo trabalho, o trabalho imaterial, que ocupa o centro da cena: ele constitui a correia de transmissão entre as tendências do capitalismo cognitivo e a construção de um novo espaço público." (NEGRI; COCCO, 2005: 133). Uma direção a ser trabalhada a partir desses dados do IBGE, em uma apropriação analítica, é a que torna possível ver não apenas o Estado, o Governo, mas também o outro lado: a sociedade, que poderá, enfim ser "classificada" em sua diversidade no campo da economia da cultura e a partir daí avançar na definição dos chamados "sujeitos culturais". É adequado lembrar aqui um dos fatores de fracasso do desenvolvimentismo na América Latina:

"Em virtude de sua subordinação a um projeto (alegadamente) nacional, mas (certamente) interclassista, acabou por ver como único sujeito o Estado: não a liberdade (e a luta: a subjetivação), mas a redução à disciplina e ao controle (e, portanto, *l'assujettissement* das populações)." (NEGRI; COCCO, 2005: 50).

Além de pavimentar os caminhos para a formulação de micro-políticas de desenvolvimento, esses indicadores culturais apresentados pelo IBGE permitem, ainda, uma consideração dos chamados sistemas de bem-estar que vá além dos aspectos quantitativos. Tal perspectiva pode ampliar os horizontes da economia da cultura no sentido de se transcender os circuitos produtivos e, desse modo, entrar em dimensões não apenas econômicas que envolvam a cultura (VALIATI, 2007). Cabe, no entanto, observar que esses sistemas de bem-estar podem representar mecanismos característicos da chamada

⁷ Acerca desse tema, alguns resultados de pesquisas importantes foram apresentados no Seminário Internacional de Uso do Tempo: aspectos metodológicos e experiências internacionais, promovido pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM, pela Comunidad de Madrid e pelo IBGE, ocorrido em 04 e 05 de junho no Rio de Janeiro.

sociedade de controle, o que reforça a necessidade de se ir além dos aspectos quantitativos aparentemente positivos no que se refere à ampliação de tais sistemas, e de se retomar a melhor tradição crítica dos estudiosos do campo da cultura. É o que apontam Michael Hardt e Antonio Negri quando descrevem a sociedade de controle como

"aquela (que se desenvolve nos limites da modernidade e se abre para a pós-modernidade) na qual mecanismos de comando se tornam cada vez mais "democráticos", cada vez mais imanentes ao campo social, distribuídos por corpos e cérebros dos cidadãos. Os comportamentos de integração social e de exclusão próprios do mando são, assim, cada vez mais interiorizados nos próprios súditos. O poder agora é exercido mediante máquinas que organizam diretamente o cérebro (em sistemas de comunicação, redes de informação etc.) e os corpos (em sistemas de bem-estar, atividades monitoradas etc.) no objetivo de um estado de alienação independente do sentido da vida e do desejo de criatividade." (HARDT; NEGRI, 2001: 42).

Além disso – e não menos importante – a consideração desses indicadores culturais sob a ótica da proposta de desenvolvimento sustentável poderia alterar

"a centralidade da economia na modelagem do desenvolvimento, introduzindo o diálogo obrigatório com outras disciplinas e com as práticas sociais. Ao exigir a revisão dos recursos – do seu encadeamento na produção e no consumo – possibilitaria a introdução da relevância das abordagens qualitativas do desenvolvimento e do espaço." (RIBEIRO, 1997: 477).

Por fim, a relevância da identificação dos sujeitos desse processo de desenvolvimento almejado é ainda maior se entendermos a meta do desenvolvimento sustentável

"como uma nova arena política; arena emergida da globalização e da presença de forças político-sociais no confronto de ideários. Existiriam, desta forma, novas alianças estratégicas capazes de gerar o apoio indispensável a experiências de vida coletiva impensáveis em anteriores projetos de modernização?" (RIBEIRO, 1997: 484).

Caminhos para enfrentar essa questão podem ser encontrados nas sugestões de Touraine (2006), para quem as noções de sujeito e de direitos culturais estão no centro do novo paradigma, isto é, do paradigma cultural, proposto por ele. Outra via extremamente rica do ponto de vista de sua densidade conceitual e de *práxis* é a sugerida por Antonio Negri e Michael Hardt (2001 e 2005), com a idéia de *multidão*, que se diferencia conceitualmente de *povo*, *massas* e *classe operária*. Para estes autores,

"hoje em dia a produção já não pode ser concebida apenas em termos econômicos, devendo ser encarada de maneira mais ampla como produção social – não apenas a produção de bens materiais, mas também a produção de comunicações, relações e formas de vida. A multidão, assim, compõe-se potencialmente de todas as diferentes configurações da produção social." (HARDT & NEGRI, 2001: 13-14).

Ou, mais especificamente, "a multidão é um conjunto biopolítico de singularidades que trabalham e são oprimidas, que resistem com os corpos e que, com a inteligência, querem revolucionar o mundo." (NEGRI; COCCO, 2005: 73).

Referências Bibliográficas:

CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO.
Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CRESPO, Samyra. *Educação ambiental e consciência ecológica: novos e velhos dilemas*, Rio de Janeiro, MAST/CNPq, mimeo, 1992.

GUATTARI, Felix. *As três ecologias*. Campinas, SP: Papirus, 1997.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

_____. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

IBGE, Diretoria de Pesquisas. *Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003-2005*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Diretrizes gerais para o Plano Nacional de Cultura*. Brasília, 2007.

NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe Mario. *GlobAL: biopoder e lutas em uma América Latina globalizada*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Desenvolvimento sustentável: novas redes e novos códigos. In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana (Org.) *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

ROHDE, Geraldo Mário. Mudanças de paradigma e desenvolvimento sustentado. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

STAHEL, Andri Werner. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

VALIATI, Leandro. Economia da cultura repensa os incentivos. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 22 set. 2007.